

Acta n.º 33

No dia 23 de Maio de 2014, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, a Assembleia Geral Anual da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. [...]

[...]

Verificou também o Senhor Presidente [...] que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 80.735.043 acções, correspondentes a 209.620 votos e a 68,227% do capital social da sociedade [...]

[...]

Estando a assembleia regularmente convocada e em condições de deliberar validamente, o Senhor Presidente da Mesa iniciou a sessão, [...]

[...]

Como ninguém mais desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação o relatório de gestão, o balanço, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas individuais e, de forma independente, os documentos de consolidação de contas relativos ao mesmo período.

Os documentos respeitantes ao primeiro ponto da ordem de trabalhos foram aprovados por unanimidade dos votos dos accionistas presentes ou representados, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Seguidamente, os documentos de consolidação de contas a que se refere o segundo ponto da ordem de trabalhos foram igualmente aprovados com um resultado da votação igual ao do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Passou-se então ao terceiro ponto da ordem de trabalhos tendo o Senhor Presidente da Mesa lido a única proposta existente da autoria do Conselho de Administração, que se transcreve, e tendo declarado, de seguida, aberta a discussão relativa a este ponto da ordem de trabalhos:

“Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera, e

Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazo de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade,

Propõe-se a aplicação dos Resultados Líquidos do exercício individual, apurados segundo o normativo SNC, no montante de 134.981.089,39 euros (cento e trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil e oitenta e nove euros e trinta e nove cêntimos) conforme segue:

Dividendos às acções em circulação 37.477.644,04 euros
(33,2 cêntimos por acção)

Reservas Livres 97.503.445,35 euros”

Ninguém querendo usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos dos accionistas presentes ou representados, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Entrou-se, seguidamente, no quarto ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade, tendo o Senhor Presidente da Mesa aberto a discussão com a leitura da única proposta existente, apresentada pela accionista Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A., que se transcreve:

“Considerando a actuação dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade durante o exercício findo, propõe-se que, nos termos dos artigos 376.º n.º 1, alínea c) e 455.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia manifeste o seu apreço pela acção desenvolvida pelos referidos órgãos, aprovando um voto de confiança nos mesmos bem como nos respectivos membros.”

E como ninguém desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por 209.473 votos favoráveis, correspondentes a 99,93% do capital presente ou representado, com 37 votos contra, correspondentes a 0,02% do capital presente ou representado e com a abstenção de accionistas titulares de acções correspondentes a 110 votos e a 0,05% do capital social presente ou representado, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

[...]

O Senhor Presidente deu seguimento aos trabalhos, passando ao quinto ponto da ordem do dia, tendo referido a existência de duas propostas para este ponto, que se complementam, a primeira apresentada pela accionista Sodim, SGPS, S.A. relativa à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Comissão de Remunerações, e a segunda, conforme previsto na lei, da responsabilidade do Conselho Fiscal, relativa à eleição do Revisor Oficial de Contas, que a seguir se transcrevem:

Proposta da accionista Sodim, SGPS, S.A.:

“Considerando que os actuais titulares dos corpos sociais foram eleitos para o período que terminou em 31 de Dezembro de 2013, propõe-se que sejam eleitas para o próximo quadriénio a terminar em 31 de Dezembro de 2017 as seguintes pessoas:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Francisco Xavier Zea Mantero

Secretário: Dr.^a Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira

Conselho Fiscal:

Presidente: Dr. Miguel Camargo de Sousa Eiró

Vogais Efectivos: Dr. Duarte Nuno d'Orey da Cunha

Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

Vogal Suplente: Dr. José Manuel Oliveira Vitorino

Conselho de Administração:

Presidente: Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

Vogais: Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes

Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes

Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura

Dr. António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Dr. Jorge Maria Bleck

Dr. Manuel Custódio de Oliveira

Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves

Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira

Comissão de Remunerações:

Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses

Dr. José Gonçalo Ferreira Maury

Eng. João Rodrigo Appleton Moreira Rato”

Proposta do Conselho Fiscal:

“Considerando:

A. Que o actual Revisor Oficial de Contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., cessou em 2013 o mandato para que foi eleito em 2010;

B. Que o Conselho Fiscal da sociedade, ouvida a Administração da Empresa, solicitou aos serviços a preparação de um concurso limitado por convite para selecção do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas da Semapa e suas participadas para o quadriénio iniciado em Janeiro de 2014;

C. Com esse propósito foram previamente identificadas as condições de elegibilidade, que integraram o histórico de experiência e competência dos potenciais candidatos nos sectores de actividade em que a Semapa e as suas participadas operam, a competência, suficiência e disponibilidade da equipa de trabalho proposta, as metodologias utilizadas, a sua independência, bem como a dimensão dos encargos a suportar pela sociedade;

D. O convite foi dirigido a quatro sociedades de Revisores Oficiais de Contas, as quais apresentaram as suas propostas, que foram objecto de análise por parte de um Comité de Selecção, com o acompanhamento do Conselho Fiscal;

E. Tendo em conta a análise e avaliação do Comité de Selecção, o Conselho Fiscal decidiu seleccionar a PWC, tomando em especial consideração:

a. A necessária ponderação entre as vantagens e inconvenientes da manutenção da mesma SROC para novo mandato;

b. A qualidade do trabalho desenvolvido pela PWC e a experiência acumulada nos sectores onde a Semapa investe;

c. Ser nossa convicção que a permanência do actual auditor no exercício das funções não elimina, nem condiciona a idoneidade e a independência com que as vem exercendo, nomeadamente, pelo facto de ter procedido à rotação de sócio responsável, em linha com as melhores práticas internacionais;

O Conselho Fiscal apresenta à Assembleia Geral a seguinte

Proposta

Que seja designado como Revisor Oficial de Contas da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., para o quadriénio 2014 / 2017, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada pelos Senhores Dr. José Pereira Alves ou Dr. António Alberto Henriques Assis e como suplente o Dr. Jorge Manuel Santos Costa.”

Como mais ninguém desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu as propostas à votação, primeiro, a proposta apresentada pela accionista Sodim, SGPS, S.A., tendo a mesma sido aprovada por 189.222 votos favoráveis, correspondentes a 90,27% do capital presente ou representado, com 20.087 votos contra, correspondentes a 9,58% do capital presente ou representado e com a abstenção de 311 votos, correspondentes a 0,15% do capital presente ou representado, e, em seguida, a proposta apresentada pelo Conselho Fiscal, tendo a mesma sido aprovada com um resultado da votação igual à votação da proposta apresentada pela accionista Sodim, SGPS, S.A., tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

[...]

De seguida, passou-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos, respeitante à apreciação da declaração relativa à política de remuneração dos órgãos sociais, tendo o Senhor Presidente da Mesa referido a existência de uma única proposta, apresentada pela Comissão de Remunerações da sociedade [...].

[...]

E como nenhum dos presentes desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por 190.553 votos favoráveis, correspondentes a 90,90% do capital presente ou representado, com 18.756 votos contra, correspondentes a 8,95% do capital presente ou

representado, e com a abstenção de accionistas titulares de acções correspondentes a 311 votos e a 0,15% do capital presente ou representado, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

[...]

Seguidamente, entrou-se no sétimo e último ponto da ordem de trabalhos, relativo à aquisição e alienação de acções e obrigações próprias, tendo o Senhor Presidente lido a única proposta existente na mesa, da responsabilidade do Conselho de Administração, cujo teor se transcreve, e aberto de seguida a discussão:

“Considerando as vantagens que podem advir para a sociedade da aquisição e alienação quer de acções quer de obrigações próprias, propõe-se que, nos termos do disposto nos artigos 319.º, 320.º e 354.º do Código das Sociedades Comerciais, se autorize o Conselho de Administração da sociedade, em prazo não superior a 18 meses a contar da deliberação que recair sobre a presente proposta, adquirir e alienar acções e obrigações próprias desde que tais operações sejam efectuadas em bolsa ao respectivo valor de cotação, sem que o número máximo de acções a adquirir ou alienar seja superior a 10% da quantidade total de acções da sociedade, podendo no entanto, no caso das obrigações, ser adquiridos e alienados todos os títulos que tiverem sido emitidos pela sociedade. Mais se propõe que, se necessário nos termos da legislação e regulamentação aplicável, sejam fixados pelo Conselho de Administração os demais requisitos que as transacções devem observar.”

Como ninguém desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por 208.216 votos favoráveis, correspondentes a 99,33% do capital presente ou representado, e com a abstenção de accionistas titulares de acções correspondentes a 1.404 votos e a 0,67% do capital presente ou representado, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

[...]

Nada mais havendo a tratar e ninguém mais pretendendo usar da palavra, foi a reunião encerrada pelas 12 horas e 15 minutos, dela se lavrando esta acta que segue devidamente assinada pelos membros da mesa e pelo secretário da sociedade.